

# Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras do semestre findo em  
30 de junho de 2021

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>4</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração dos Resultados Abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>

## **Relatório da Administração**

### **Srs. Acionistas**

Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras do Omni S.A – Crédito, Financiamento e Investimento, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre encerrado em 30 de junho de 2021.

### **Sobre a Omni**

O Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

### **Desempenho Econômico-Financeiro**

Em 30 de junho de 2021, o Omni possui ativos totais de R\$ 4,1 bilhões, sendo R\$ 3,0 bilhões de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos, e receitas de intermediação financeira de R\$ 767 milhões.

O patrimônio líquido fechou em R\$ 557 milhões (R\$ 504 milhões em 2020), considerando a distribuição de R\$ 10 milhões (R\$ 3 milhões em 2020) de dividendos e R\$ 9 milhões de juros sobre capital próprio pago no decorrer do semestre.

O lucro líquido do semestre é R\$ 72 milhões (R\$ 99 milhões em 2020).

**São Paulo, 25 de agosto de 2021.**

**A Diretoria**



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da  
Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento  
São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia  
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

**Balancos patrimoniais**

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/6/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	30/6/2021	31/12/2020
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>17.643</b>	<b>48.688</b>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos</b>	<b>10.a</b>	<b>2.905.650</b>	<b>2.795.187</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>3.826.826</b>	<b>3.545.996</b>	Depósitos Interfinanceiros		1.753.489	1.920.780
Títulos e valores mobiliários	<b>4 e 5.a</b>	439.512	712.185	Depósitos a prazo		803.951	505.515
Operações de créditos	<b>7.a</b>	3.387.314	2.833.811	Recursos e aceites cambiais		63.879	65.496
<b>(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>7.g</b>	<b>(403.780)</b>	<b>(431.292)</b>	Dívidas subordinadas		234.205	228.250
<b>Créditos tributários</b>	<b>13.b</b>	<b>247.237</b>	<b>236.260</b>	Outros passivos instrumentos financeiros		50.126	75.146
<b>Outros Ativos</b>	<b>8</b>	<b>83.602</b>	<b>89.879</b>	<b>Provisões</b>	<b>12</b>	<b>26.728</b>	<b>26.447</b>
<b>Investimentos em participações em Controladas</b>	<b>9</b>	<b>348.989</b>	<b>325.557</b>	Contingências		26.728	26.447
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>12.678</b>	<b>11.505</b>	<b>Outros passivos</b>		<b>621.472</b>	<b>490.567</b>
<b>(-) Depreciações e amortizações</b>		<b>(7.415)</b>	<b>(6.793)</b>	Contas a pagar - Operações de Cartões	<b>11.a</b>	529.165	427.575
				Fiscais e Previdenciárias	<b>11.b</b>	13.388	12.418
				Outros passivos	<b>11.c</b>	78.919	50.574
				<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>		<b>3.365</b>	<b>3.566</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15</b>	<b>568.565</b>	<b>504.033</b>
				Capital social		300.000	300.000
				Reservas de lucros		268.723	204.184
				Outros resultados abrangentes		(158)	(151)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.125.780</b>	<b>3.819.800</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4.125.780</b>	<b>3.819.800</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		-	-			3.557.215	3.315.767

**Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**  
**Demonstração dos resultados**

**Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>766.768</b>	<b>617.996</b>
Operações de crédito	7.f	760.140	618.405
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.c	6.316	5.739
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	312	(6.148)
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(314.387)</b>	<b>(230.358)</b>
Operações de captação no mercado	10.b	(62.019)	(68.580)
Desconto concedido		(252.368)	(161.778)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>452.381</b>	<b>387.638</b>
<b>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>7.g</b>	<b>(148.654)</b>	<b>(181.779)</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>144.495</b>	<b>164.421</b>
Receitas de prestação de serviços	16.a	93.246	57.533
Resultado de participações em controladas	9	38.953	101.085
Outras receitas operacionais	16.b	12.296	5.803
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		<b>(371.661)</b>	<b>(290.000)</b>
Despesas de pessoal	17.a	(39.725)	(25.473)
Despesas com Serviços de terceiros	17.b	(155.874)	(122.834)
Outras despesas administrativas	17.c	(112.606)	(81.398)
Despesas tributárias	17.d	(29.735)	(25.841)
Outras despesas operacionais	17.e	(33.721)	(34.454)
<b>Despesas de provisões</b>		<b>(360)</b>	<b>(772)</b>
Provisões para Contingências	12.a	(281)	(666)
Outras Provisões		(79)	(106)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários</b>		<b>76.201</b>	<b>79.508</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>7.389</b>	<b>19.609</b>
Provisão para imposto de renda		(2.223)	(639)
Provisão para contribuição social		(1.374)	(400)
Ativo fiscal diferido		10.986	20.648
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>83.590</b>	<b>99.117</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		<b>0,39</b>	<b>0,47</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

## Demonstração dos resultados abrangentes

**Semestres findos em 30 de Junho de 2021 e 2020**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>83.590</b>	<b>99.117</b>
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente	(7)	(64)
<b>Resultado abrangente do semestre</b>	<b><u>83.583</u></b>	<b><u>99.053</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social realizado	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>164.088</b>	<b>16.484</b>	<b>165.416</b>	<b>(107)</b>	<b>-</b>	<b>345.881</b>
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos		-	-	-	(64)	-	(64)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	99.117	99.117
Destinações do lucro:							
Aumento de Capital Social		135.912		(135.912)	-	-	-
Reserva legal		-	4.956	-	-	(4.956)	-
Reserva de lucros		-	-	94.161	-	(94.161)	-
Juros sobre capital próprio	15.c	-	-	(5.808)	-	-	(5.808)
Dividendos		-	-	(2.949)	-	-	(2.949)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>		<b>300.000</b>	<b>21.440</b>	<b>114.908</b>	<b>(171)</b>	<b>-</b>	<b>436.177</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>300.000</b>	<b>25.343</b>	<b>178.841</b>	<b>(151)</b>	<b>-</b>	<b>504.033</b>
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos		-	-	-	(7)	-	(7)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	83.590	83.590
Destinações do lucro:							
Reserva legal		-	4.180	-	-	(4.180)	-
Reserva de lucros		-	-	79.410	-	(79.410)	-
Juros sobre o capital próprio	15.c	-	-	(9.051)	-	-	(9.051)
Dividendos		-	-	(10.000)	-	-	(10.000)
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>		<b>300.000</b>	<b>29.523</b>	<b>239.200</b>	<b>(158)</b>	<b>-</b>	<b>568.565</b>
		-	-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento  
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

**Semestres findos em 30 de Junho de 2021 e 2020**

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	30/06/2021	30/06/2020
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido</b>		<b>83.590</b>	<b>99.117</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	148.654	181.779
(+/-) Ajuste a Valor de Mercado para Financiamentos Objeto De Hedge	6.b	5.198	6.677
Depreciações e amortizações		622	448
Provisão de passivos contingentes	12.a	281	667
Provisão para perdas em outros valores e bens		(29)	68
Resultado de participações em controladas	9	(38.953)	(101.085)
Outras provisões		79	106
Imposto de renda e contribuição social corrente		3.597	1.039
Ativo fiscal diferido		(10.986)	(20.648)
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>192.053</b>	<b>168.168</b>
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais</b>		<b>(717.965)</b>	<b>228.757</b>
Títulos e valores mobiliários		10.666	(85.166)
Operações de crédito		(734.945)	303.724
Outros Ativos		6.314	10.199
<b>Aumento/(redução) nos passivos</b>		<b>232.570</b>	<b>(163.440)</b>
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		129.528	(165.002)
Outros passivos instrumentos financeiros		(25.020)	(81)
Contingências		(281)	(667)
Outros passivos		128.544	913
Resultado de exercícios futuros		(201)	1.397
<b>Caixa líquido gerados (aplicados) pelas atividades operacionais</b>		<b>(293.342)</b>	<b>233.485</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aumento das participações em controladas		15.522	6.960
Aquisição de ativo imobilizado		(1.174)	(671)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimento</b>		<b>14.348</b>	<b>6.289</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos e ou creditados	15.c	(5.000)	(2.949)
Juros sobre capital próprio pagos	15.c	(9.051)	(5.808)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(14.051)</b>	<b>(8.757)</b>
<b>Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(293.045)</b>	<b>231.017</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do semestre	4.a	624.687	120.925
No fim do semestre	4.a	331.642	351.942
<b>Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	4.a	<b>(293.045)</b>	<b>231.017</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(0)

(0)

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

## 1 Contexto operacional

O Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

O Omni possui participação nas seguintes controladas diretas no país:

Controladas diretas no país	Percentual de participação	
	30/06/2021	31/12/2020
Agility Gestão e Cobrança Ltda.	89,99%	89,99%
Omni Informática Ltda.	99,99%	99,99%
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	99,99%	99,99%
Omni S.A. - Arrendamento Mercantil	99,99%	99,99%
Omni Banco S.A.	100 %	100%

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

### Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:

As alterações advindas das Resoluções CMN n. 4.818/2000 e BCB n.º 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a Instituição atende aos requerimentos das respectivas Resoluções, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para

as quais foram apresentadas; a abertura de segregação; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a apresentação de resultados recorrentes e não recorrentes.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2021.

### **3 Descrição das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **c) Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os instrumentos financeiros derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **d) Ativo circulante e realizável a longo prazo**

##### ***Aplicações interfinanceiras de liquidez***

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

##### ***Títulos e valores mobiliários***

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

#### ***Instrumentos financeiros derivativos***

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “*hedge*”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “*hedge*”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro rata*” dia até a data do balanço.

A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período.

#### ***Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito***

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Omni ou Instituição em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

#### ***Cessões de crédito***

As cessões de créditos realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012, foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do CMN, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito deverá ser contabilizada de

acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

#### **e) Outros ativos**

##### **Despesas antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

##### **Bens não de uso**

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não recebidos. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

#### **f) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

#### **g) Imobilizado**

A Resolução nº 4.535 de 24 de novembro de 2016 dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos

#### **h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. Não foram identificadas perdas por impairment em 30 de junho de 2021 e 2020.

#### **i) Passivos**

##### ***Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos***

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

##### ***Demais passivos***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

## j) Provisões

Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

**Provisões** - São reconhecidos contabilmente quando as opiniões da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.

**Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

## k) Resultados recorrentes / não recorrentes

Consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social.

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os principais resultados não recorrentes estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Resultado não recorrente do período	8.794	-
Resultado recorrente do período	74.796	99.117

<sup>(1)</sup> Efeito de majoração da alíquota no crédito tributário da contribuição social

## l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A medida provisória 1.034/2021, transformada em lei em 14 de julho de 2021 majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas para 20% durante o período de julho de 2021 até dezembro de 2021.

## m) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.

- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

#### 4 Caixa e equivalentes a caixa

a) O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
<b>Saldos no Início do Período</b>	<b>624.687</b>	<b>120.925</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>17.643</b>	<b>48.688</b>
Em moeda nacional	17.531	48.235
Em moeda estrangeira	112	453
<b>Aplicações Interfinanceiras de liquidez</b>	<b>313.999</b>	<b>575.999</b>
No mercado aberto	304.999	575.999
Em depósitos interfinanceiros	9.000	-
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>331.642</b>	<b>624.687</b>

Aplicações com prazos de vencimentos variados são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 5 Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
<b>Carteira Própria</b>	<b>64.400</b>	<b>75.875</b>
Títulos de Renda Fixa	63.915	75.627
Cotas de Fundos de Investimentos	485	248
<b>Vinculados a Prestação de Garantias</b>	<b>61.113</b>	<b>60.311</b>
Títulos Dados em Garantia em Operações em Bolsa	981	960
Títulos Dados em Garantias - Op. de Cartão (i)	60.132	59.351
<b>Total</b>	<b>125.513</b>	<b>136.186</b>

(i) Referem-se a garantias oferecidas aos Adquirentes para garantir a liquidação das obrigações futuras com estabelecimentos comerciais disponíveis para venda.

b) Composição por vencimento:

Descrição	2021					2020
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Custo Atualizado
Carteira Própria	5.933	25.153	33.314	64.400	64.400	75.874

Vinculados a Prestação de Garantias		60.132	981	61.113	61.113	60.312
<b>Total</b>	<b>5.933</b>	<b>85.285</b>	<b>34.295</b>	<b>125.513</b>	<b>125.513</b>	<b>136.186</b>

**c) Resultado com títulos e valores mobiliários:**

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Rendas de aplicação s/ títulos de renda fixa e vinculados a garantia	1.677	2.519
Rendas de aplicação s/ cotas de fundos de investimentos	2	3
Rendas / (prejuízo) s/ outras formas de aplicação	(96)	(74)
Posição Bancada	4.705	2.969
Em Depósitos interfinanceiros	28	322
<b>Total</b>	<b>6.316</b>	<b>5.739</b>

## 6 Instrumentos financeiros derivativos

O Omni se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para proteger parte das suas exposições ao risco de taxa de juros e variação cambial.

**a) Hedge de risco de mercado – Operações de futuro**

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição ao risco de taxa de juros são contratos futuros da taxa média de Depósitos Interfinanceiros de um dia (DI) negociados na B3 S.A. Brasil Bolsa Balcão.

Descrição	2021		2020	
	Valor de principal	Ajustes	Valor de principal	Ajustes
	Posição vendida	Ajuste Diário	Posição vendida	Ajuste Diário
DI	24.442	-	137.415	(4)

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Instituição.

**b) Hedge Contábil**

O ganho ou a perda decorrente da variação do valor justo do objeto do hedge referente à exposição ao risco de taxa de juros é registrado no resultado do período, de forma a se contrapor com a perda ou o ganho registrado dos contratos futuros de DI.

Estratégias/ Risco	Objeto de Hedge					Instrumento de Hedge	
	Posição mercado	Saldo Acumulado MTM	Marcação a mercado	Amortização*	Resultado	Derivativo	Posição mercado
Hedge de Operações de Crédito/ Valor Justo / Taxa Pré Fixada	23.901	1.304	(201)	(4.997)	(5.198)	Futuro DI - Posição Vendida	24.442
						Futuro DI - Posição Comprada	-

\* O valor contabilizado no ativo é amortizado ao resultado pelo método linear a partir da data do seu reconhecimento, levando-se em conta o prazo médio da exposição protegida.

**c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos**

Os valores de receitas e despesas líquidas, registradas no semestre estão demonstrados a seguir:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Contratos Futuros DI	312	(6.148)
<b>Total</b>	<b>312</b>	<b>(6.148)</b>

**d) Instrumentos financeiros derivativos – Margens dadas em garantia**

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 981 mil (R\$ 960 mil em 2020) – Nota explicativa 5.

## 7 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

**a) Composição por tipo de operações de crédito:**

Tipo de operação de crédito	2021	2020
	Valor	Valor
Financiamentos - Setor privado <sup>(1)</sup>	2.275.089	1.986.412
Empréstimos - Setor privado	196.009	174.512
Outros empréstimos - cartão de crédito	389.275	253.720
(+/-) ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de hedge	1.304	6.502
Títulos e créditos a receber - Nota 9	525.637	412.665
<b>Total da carteira</b>	<b>3.387.314</b>	<b>2.833.811</b>
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(403.780)	(431.292)
<b>Total carteira líquida</b>	<b>2.983.534</b>	<b>2.402.519</b>

<sup>(1)</sup> A Instituição realizou cessões de crédito no período, com partes relacionadas, sem coobrigação, no montante de R\$0 (R\$ 455 mil em 2020). Essas operações não geraram resultado operacional.

**b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica:**

	2021	2020
	Valor	Valor
Acima de 15 dias	435.789	370.958
A vencer até 90 dias	884.356	735.078
A vencer de 91 dias a 365 dias	1.008.391	867.701
A vencer de 366 dias a 1.825	1.058.778	860.074
<b>Total da Carteira</b>	<b>3.387.314</b>	<b>2.833.811</b>

c) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	2021	2020
	Valor	Valor
<b>Total a vencer:</b>	<b>2.951.525</b>	<b>2.462.853</b>
Até 3 meses	884.356	735.078
De 4 a 12 meses	1.008.391	867.701
De 1 a 3 anos	955.743	788.075
De 4 a 5 anos	103.035	71.999
<b>Total Vencidas:</b>	<b>435.789</b>	<b>370.958</b>
Acima de 15 dias	435.789	370.958
<b>Total da Carteira</b>	<b>3.387.314</b>	<b>2.833.811</b>

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco e da carteira adquirida:

2021					
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge <sup>(1)</sup>	Total da Carteira	% Risco	Provisão
A	485.149	-	485.149	0,5%	(2.426)
B	1.277.030	-	1.277.030	1%	(12.770)
C	841.331	-	841.331	3%	(25.240)
D	338.969	-	338.969	10%	(33.897)
E	87.877	-	87.877	30%	(26.363)
F	72.347	-	72.347	50%	(36.174)
G	54.657	-	54.657	70%	(38.260)
H	228.650	-	228.650	100%	(228.650)
Sem classificação <sup>(1)</sup>	-	1.304	1.304	-	-
<b>Total</b>	<b>3.386.010</b>	<b>1.304</b>	<b>3.387.314</b>		<b>(403.780)</b>
2020					
Classificação de Risco	Operações de créditos	(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge (1)	Total da Carteira	% Risco	Provisão
A	481.598	-	481.598	0,5%	(2.408)
B	992.565	-	992.565	1%	(9.926)
C	555.469	-	555.469	3%	(16.664)
D	340.989	-	340.989	10%	(34.099)
E	72.562	-	72.562	30%	(21.769)
F	51.406	-	51.406	50%	(25.703)
G	39.989	-	39.989	70%	(27.992)
H	292.731	-	292.731	100%	(292.731)
Sem classificação (1)	-	6.502	6.502	-	-
<b>Total</b>	<b>2.827.309</b>	<b>6.502</b>	<b>2.833.811</b>		<b>(431.292)</b>

<sup>(1)</sup> O ajuste de valor a mercado no montante de R\$ 1.304 (R\$ 6.502 em 2020) refere-se à operação objeto de Hedge conforme nota explicativa 6b.

Abaixo segregação das carteiras de crédito adquiridas as quais já estão contempladas no quadro anterior.

<b>2021</b>			
<b>Classificação de Risco</b>	<b>Empréstimos e Financiamentos adquiridos</b>	<b>% Risco</b>	<b>Provisão</b>
H	10.004	100%	10.004
<b>Total</b>	<b>10.004</b>		<b>10.004</b>

<b>2020</b>			
<b>Classificação de Risco</b>	<b>Empréstimos e Financiamentos adquiridos</b>	<b>% Risco</b>	<b>Provisão</b>
H	20.437	100%	20.437
<b>Total</b>	<b>20.437</b>		<b>20.437</b>

**e) Aquisição de carteiras:**

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 não houve aquisições de operações de crédito.

**f) Resultado das operações de crédito:**

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
Rendas de empréstimos	89.444	72.160
Rendas de financiamentos	415.979	437.264
(+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de Hedge	(5.198)	(6.677)
Resultado na cessão de operações de crédito	-	(2.194)
Resultado na securitização de crédito	-	(34.173)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	245.866	143.145
Outras rendas de cartão de crédito	14.049	8.880
<b>Total</b>	<b>760.140</b>	<b>618.405</b>

**g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:**

<b>Saldos no início do semestre / exercício</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>(431.292)</b>	<b>(426.024)</b>
Renegociação de carteira de crédito - não transitada no resultado <sup>(1)</sup>	(3.252)	(46.609)
Constituição	(157.998)	(342.319)
Reversão <sup>(2)</sup>	9.344	55.246
Valores baixados para prejuízo	179.418	328.414
<b>Saldos no fim do semestre / exercício</b>	<b>(403.780)</b>	<b>(431.292)</b>

<sup>(1)</sup> Em fevereiro de 2019 o Omni adotou a renegociação de carteira de crédito em prejuízo conforme Art.º 8 da Resolução 2682, representando um montante de R\$ 3.252 no semestre (R\$ 46.609 em 2020).

<sup>(2)</sup> Em 30/04/2020 o Omni CFI realizou cessão de créditos classificados como rating H, gerando reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 39 mil.

As operações objeto de renegociação representaram o montante de R\$ 272.429 no semestre (R\$ 691.815 em 2020) do valor contábil da carteira de crédito no semestre.

## 8 Outros ativos

Descrição	2021			2020
	Circulante	Longo prazo	Total	Valor
Custo de aquisição de carteira de créditos <sup>(1)</sup>	5.908	6.943	12.851	22.337
Devedores diversos - país <sup>(2)</sup>	28.296	-	28.296	30.887
Despesas Antecipadas	6.700	-	6.700	4.876
Devedores por depósitos em garantia <sup>(3)</sup>	-	15.721	15.721	13.949
Adiantamentos diversos	9.841	-	9.841	5.685
Impostos e contribuições a compensar <sup>(4)</sup>	8.625	-	8.625	9.238
Rendas a receber	1.568	-	1.568	2.907
<b>Total</b>	<b>60.938</b>	<b>22.664</b>	<b>83.602</b>	<b>89.879</b>

<sup>(1)</sup> Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos - Nota explicativa 7.e;

<sup>(2)</sup> Referem-se substancialmente por Cedentes R\$ 9.410 (R\$ 10.516 em 2020), valores a receber lojistas R\$ 3.456 (R\$ 3.299 em 2020).

<sup>(3)</sup> Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais;

<sup>(4)</sup> Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

## 9 Investimentos

Descrição	2021						Total
	Investidas						
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Omni Companhia Securitizadora	Omni Arrendamento Mercantil	Omni Banco	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>20.382</b>	<b>5.554</b>	<b>10.940</b>	<b>13.852</b>	<b>273.711</b>	<b>1.118</b>	<b>325.557</b>
Patrimônio líquido da investida	22.718	6.199	14.429	8.940	295.020	14.028	361.334
Resultado do semestre da investida	17.719	640	3.489	(4.913)	23.792	-	38.265
Distribuição de dividendos <sup>(1)</sup>	(15.883)	-	-	-	-	-	(15.883)
Percentual de participação	89,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	3,97%	-
Aumento de capital <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	382	382
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(20)	-	(20)
Equivalência patrimonial	15.945	640	3.489	(4.913)	23.792	-	38.953
<b>Saldo em 30.06.2021</b>	<b>20.444</b>	<b>6.194</b>	<b>14.429</b>	<b>8.939</b>	<b>297.483</b>	<b>1.500</b>	<b>348.989</b>

Descrição	2020						Total
	Investidas						
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Omni Companhia Securitizadora	Omni Arrendamento Mercantil	Omni Banco	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>4.509</b>	<b>2.727</b>	<b>12.309</b>	<b>14.534</b>	<b>143.646</b>	<b>558</b>	<b>178.283</b>
Patrimônio líquido da investida	22.649	5.554	10.940	13.853	273.711	14.028	340.735
Resultado do semestre da investida	25.638	2.827	(1.369)	(682)	130.065	-	156.479
Distribuição de dividendos (1)	(7.199)	-	-	-	-	-	(7.199)
Percentual de participação	89,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	3,97%	-
Aumento de capital <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	560	560

Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	23.072	2.827	(1.369)	(682)	130.065	-	153.913
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>20.382</b>	<b>5.554</b>	<b>10.940</b>	<b>13.852</b>	<b>273.711</b>	<b>1.118</b>	<b>325.557</b>

<sup>(1)</sup> Conforme AGE de 01 de março de 2021, foi autorizado o pagamento de dividendos de exercícios anteriores e do semestre corrente no montante de R\$ 15.883 milhões pela Agility Gestão e Cobrança Ltda.

<sup>(2)</sup> Em 17 de dezembro de 2018, o Omni S.A. subscreveu a quantia de 556.509 ações ordinárias nominativas que representam 3,97% do capital total com a Certa – Central de Registro de Títulos. Em 03 de fevereiro de 2021 o Omni S.A. subscreveu ações da 338 mil ações que representam 3,97% do capital total com a Certa.

## 10 Depósitos e Demais instrumentos financeiros passivos

### a) Composição por vencimento dos depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

Descrição	2021						Total	2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		Total
Depósitos interfinanceiros <sup>(1)</sup>	46.906	661.734	854.636	190.213	-	-	1.753.489	1.920.780
Depósitos a prazo <sup>(2)</sup>	6.528	85.941	632.568	28.590	49.210	1.114	803.951	505.515
Recursos e aceites cambiais - Letras de câmbio (LC) <sup>(2)</sup>	8.514	27.481	3.423	4	21.333	3.124	63.879	65.496
Letras financeiras subordinadas <sup>(3)</sup>	-	-	-	-	-	234.205	234.205	228.250
Empréstimos no exterior <sup>(4)</sup>	-	-	50.126	-	-	-	50.126	75.146
<b>Total</b>	<b>61.948</b>	<b>775.156</b>	<b>1.540.753</b>	<b>218.807</b>	<b>70.543</b>	<b>238.443</b>	<b>2.905.650</b>	<b>2.795.187</b>

<sup>(1)</sup> Os depósitos interfinanceiros junto ao Banco Omni são atualizados a uma taxa que varia entre 100% a 147% do CDI de acordo com o prazo da aplicação.

<sup>(2)</sup> Depósitos a prazo e os recursos e aceites cambiais são atualizados a uma taxa que varia entre 100% a 148% do CDI.

<sup>(3)</sup> Letras financeiras subordinadas, são atualizados a uma taxa 136% e taxa Selic + 5% ao ano.

<sup>(4)</sup> Refere-se a captação de recursos junto ao Inter-American Development Bank (BID Invest) em junho de 2019 atualizada a uma taxa de 100% do CDI mais 2,1% ao ano.

### b) Despesas com Operações de Captações de Mercado

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Recursos de aceites cambiais	(2.449)	(7.341)
Depósitos a prazo	(18.957)	(12.544)
Depósitos interfinanceiros	(38.025)	(45.549)
Outras despesas de captação	(2.588)	(3.146)
<b>Total</b>	<b>(62.019)</b>	<b>(68.580)</b>

## 11 Outros passivos

a) Contas a pagar – Operações Cartões estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões “private-label”, referente a compras efetuadas com o cartão de crédito, com saldo no semestre de R\$ 529.165 (R\$ 427.575 em 2020). Os saldos a pagar são de curto prazo.

b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2021		2020
	Circulante	Total	Total
Imposto de renda e contribuição social	3.597	3.597	3.502
Contribuição para o COFINS	3.899	3.899	3.308
Impostos e contribuições serviços de terceiros	1.027	1.027	1.238
Impostos e contribuições sobre salários	2.052	2.052	1.717
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.058	2.058	1.659
Programa de Integração Social - PIS	634	634	537
Outros	121	121	457
<b>Total</b>	<b>13.388</b>	<b>13.388</b>	<b>12.418</b>

### c) Outros passivos

Descrição	2021		2020
	Circulante	Total	Total
<b>Credores diversos - país:</b>			
Outras obrigações	24.770	24.770	14.817
Comissões a pagar <sup>(1)</sup>	22.235	22.235	12.834
Provisão para pagamentos a efetuar	12.247	12.247	10.276
Outras contas a pagar	19.667	19.667	12.647
<b>Total</b>	<b>78.919</b>	<b>78.919</b>	<b>50.574</b>

(1) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.

## 12 Provisão para passivos contingentes

### a) Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

Descrição	2021			
	Saldo em 31/12/2020	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2021
Ações trabalhistas e cíveis <sup>(1)</sup>	26.447	7.059	(6.778)	26.728
<b>Total</b>	<b>26.447</b>	<b>7.059</b>	<b>(6.778)</b>	<b>26.728</b>
Descrição	2020			
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2020
Ações trabalhistas e cíveis <sup>(1)</sup>	26.465	14.475	(14.493)	26.447
<b>Total</b>	<b>26.465</b>	<b>14.475</b>	<b>(14.493)</b>	<b>26.447</b>

(1) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas.

A despesa com provisões para contingências registradas no resultado no 1º semestre de 2021 foi R\$ (281) (R\$ 18 em 2020).

Perdas	2021						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Outras contingências		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	200	2.818	14	174	17.250	23.736	17.464	26.728
Possíveis	-	-	1	191	3	6.950	4	7.141
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>	<b>2.818</b>	<b>15</b>	<b>365</b>	<b>17.253</b>	<b>30.686</b>	<b>17.468</b>	<b>33.869</b>

Perdas	2020						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Outras contingências		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	234	2.785	14	174	17.023	23.488	17.271	26.447
Possíveis	-	-	2	246	2	6.900	4	7.146
<b>TOTAL</b>	<b>234</b>	<b>2.785</b>	<b>16</b>	<b>420</b>	<b>17.025</b>	<b>30.388</b>	<b>17.275</b>	<b>33.593</b>

## 13 Imposto de renda e contribuição social

### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e dos Juros sobre Capital Próprio</b>	<b>76.201</b>	<b>76.201</b>	<b>79.508</b>	<b>79.508</b>
<b>Adições</b>	<b>371.069</b>	<b>371.069</b>	<b>380.838</b>	<b>380.838</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	157.998	157.998	225.892	225.892
Provisão para perdas outros valores e bens	121	121	109	109
Provisão para contingências	7.231	7.231	6.556	6.556
Provisões operacionais	3.248	3.248	4.081	4.081
Recuperação de prejuízo fiscal	50.338	50.338	35.380	35.380
Participação em controladas	6.616	6.616	7.999	7.999
Despesas não dedutíveis	356	356	415	415
Recebimentos carteiras adquiridas	145.161	145.161	100.406	100.406
<b>Exclusões</b>	<b>(438.110)</b>	<b>(438.110)</b>	<b>(457.679)</b>	<b>(457.679)</b>
Reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(9.344)	(9.344)	(44.273)	(44.273)
Reversão de provisão para perdas com lojistas de cartões de crédito	(42)	(42)	-	-
Reversão de provisão para perdas outros valores e bens	(150)	(150)	(41)	(41)
Reversão de provisões operacionais	(2.001)	(2.001)	(8.378)	(8.378)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(245.866)	(245.866)	(143.145)	(143.145)
Realização de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Lei nº 9.430	(119.137)	(119.137)	(141.060)	(141.060)
Reversão de provisão para contingências	(6.950)	(6.950)	(5.890)	(5.890)
Participação em controladas	(45.569)	(45.569)	(109.084)	(109.084)
Outras exclusões	-	-	-	-
Juros S/ Capital Próprio	(9.051)	(9.051)	(5.808)	(5.808)
<b>Lucro real antes da compensação</b>	<b>9.160</b>	<b>9.160</b>	<b>2.667</b>	<b>2.667</b>
(-) Compensação de prejuízos fiscais	-	-	-	-
<b>Lucro real após a compensação</b>	<b>9.160</b>	<b>9.160</b>	<b>2.667</b>	<b>2.667</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social (i)</b>	<b>(2.278)</b>	<b>(1.374)</b>	<b>(655)</b>	<b>(400)</b>
Dedução incentivos fiscais - Rouanet/FUMCAD/PRONOM	-	-	-	-
Dedução incentivos fiscais - PAT	55	-	16	-
<b>Alíquota de 15%</b>	<b>(1.374)</b>	<b>(1.374)</b>	<b>(400)</b>	<b>(400)</b>

Adicional 10%	(904)	-	(255)	-
Ativo fiscal diferido	1.370	9.616	12.905	7.743

## b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Adições temporárias:</b>	<b>596.108</b>	<b>596.108</b>	<b>590.650</b>	<b>590.650</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	562.454	562.454	558.430	558.430
Provisão para perdas outros valores e bens	499	499	528	528
Provisão para contingências	26.728	26.728	26.447	26.447
Ajuste a valor de mercado	244	244	267	267
Demais provisões temporárias	6.183	6.183	4.978	4.978
<b>Total das diferenças temporárias</b>	<b>596.108</b>	<b>596.108</b>	<b>590.650</b>	<b>590.650</b>
<b>Total do crédito tributário</b>	<b>149.027</b>	<b>98.210</b>	<b>147.662</b>	<b>88.598</b>

## c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Todos os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, em atendimento às condições das Resoluções nº 4.842/20 do Conselho Monetário Nacional. Referem-se principalmente às diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social. Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

	Diferenças temporárias										Total
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
%	41,10%	31,02%	24,46%	1,56%	0,97%	0,56%	0,19%	0,09%	0,03%	0,02%	100,00%
IRPJ	61.249	46.228	36.452	2.325	1.446	835	283	134	45	30	149.027
CSLL	40.364	30.465	24.022	1.532	953	550	187	88	29	20	98.210
<b>Valor Previsto</b>	<b>101.613</b>	<b>76.693</b>	<b>60.474</b>	<b>3.857</b>	<b>2.399</b>	<b>1.385</b>	<b>470</b>	<b>222</b>	<b>74</b>	<b>50</b>	<b>247.237</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>97.471</b>	<b>70.567</b>	<b>53.376</b>	<b>3.265</b>	<b>1.948</b>	<b>1.079</b>	<b>351</b>	<b>159</b>	<b>51</b>	<b>33</b>	<b>228.300</b>

Em 30 de junho de 2021, os valores presentes desses créditos tributários montam R\$ 228.300 (2020 – R\$ 212.022), considerando a taxa Selic de 4,25% ao ano.

## d) Movimentação dos créditos tributários

Descrição	31/12/2020	Constituição	Realização	30/06/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	223.372	63.199	(52.795)	233.776
Provisão para perdas outros valores e bens	211	48	(60)	199
Provisão para contingências	10.579	388	(276)	10.691
Demais provisões temporárias	1.991	1.091	(609)	2.473
<b>(=) Subtotal do crédito tributário</b>	<b>236.153</b>	<b>64.726</b>	<b>(53.740)</b>	<b>247.139</b>
(+) Ajuste a valor de mercado - Outros Resultados Abrangentes	107	722	(731)	98
<b>(=) Total do crédito tributário</b>	<b>236.260</b>	<b>65.448</b>	<b>(54.471)</b>	<b>247.237</b>

## 14 Transações com partes relacionadas

## a) Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria no primeiro semestre 2021 foram no montante de R\$ 3.042 (R\$ 5.653 em 2020).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

## b) Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totaliza R\$ 283.341 (R\$ 324.001 em 2020), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 148% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2021, decorrentes de operações com partes relacionadas, cujos controladores são os acionistas do Grupo Omni, estão demonstrados a seguir:

Descrição	Nota Explicativa	30/06/2021		2020	
		Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
<b>Disponibilidades</b>		<b>16.197</b>	-	<b>42.937</b>	<b>51</b>
Omni Banco S.A.		16.197	-	42.937	51
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>		<b>9.000</b>	<b>28</b>	-	<b>322</b>
Omni Banco S.A.	5.c	9.000	28	-	322
<b>Outros ativos</b>		<b>1.869</b>	<b>2.198</b>	<b>1.992</b>	<b>2.269</b>
Agility Gestão e Cobrança Ltda		248	248	257	383
Omni Informática Ltda		48	48	44	65
Omni Companhia Securitizadora		33	401	63	866
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros		-	-	-	1
Omni Participações E Imóveis Ltda.		1	1	-	-
Vector Tecnologia E Serviços Ltda.		72	72	-	-
Omni Corretora De Seguros Ltda		94	94	-	-
Omni S.A Arrendamento Mercantil		16	16	3	21
Omni Banco S.A.		1.357	1.318	1.625	933
<b>Total de Ativos e Receitas</b>		<b>27.066</b>	<b>2.226</b>	<b>44.929</b>	<b>2.642</b>
Descrição	Nota Explicativa	Passivos	(Despesas)	Passivos	(Despesas)
<b>Depósitos interfinanceiros</b>		<b>1.733.489</b>	<b>(38.025)</b>	<b>1.920.780</b>	<b>(45.549)</b>
Omni Banco S.A.	10.a	1.733.489	(38.025)	1.920.780	(45.549)
<b>Depósito a prazo</b>		<b>50</b>	<b>(50)</b>	-	-
Omni Informática Ltda		50	(50)	-	-
<b>Outros Passivos</b>		<b>335</b>	<b>(33.235)</b>	<b>11</b>	<b>(33.988)</b>
Omni Banco S.A.		210	(119)	-	-

Agility Gestão e Cobrança Ltda	6	(26.281)	11	(29.488)
Omni Informática Ltda	-	(6.835)	-	(4.500)
Omni Companhia Securitizadora	119	-	-	-
<b>Total de Passivos e Despesas</b>		<b>1.733.874</b>	<b>1.920.791</b>	<b>(79.537)</b>

### Operações de crédito com partes relacionadas

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, a partir de 01/01/2019, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e limites definidos em seu artigo 7º, tais como:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

- 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
- 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 as operações de crédito com partes relacionadas conforme previsto pela Resolução nº 4.693/18, totalizam R\$ 2.313.

## 15 Patrimônio líquido

### a) Capital social

O Capital social é de R\$ 300.000 (R\$ 164.088 em 2020) e estão representadas por 211.672.663 (211.672.663 em 2020) ações, sendo 186.862.543 ON (ordinárias) e 24.810.120 PN (preferenciais) totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 30 de março de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social de R\$ 136 milhões correspondente a 211.672.633 (duzentas e onze milhões, seiscentas e setenta e duas mil e seiscentos e trinta e três) ações.

### b) Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

### c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela Instituição. O saldo

remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram deliberados no primeiro semestre de 2021 o montante de R\$ 10.000 (R\$ 2.949 em 2020), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2021.

No primeiro semestre de 2021 foi aprovada em Assembleias Gerais Extraordinárias a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao semestre de 2021, no montante de R\$ 9.051.

## 16 Outras receitas operacionais

### a) Receitas de prestação de serviços

	30/06/2021	30/06/2020
Descrição	Valor	Valor
Anuidade cartão de crédito	36.017	24.277
Receita de avaliação e cadastro	13.902	8.705
Comissão sobre compras cartão	22.092	12.154
Intermediação de seguros	15.834	10.765
Outras receitas	5.401	1.632
<b>Total</b>	<b>93.246</b>	<b>57.533</b>

### b) Outras receitas operacionais

	30/06/2021	30/06/2020
Descrição	Valor	Valor
Recuperação de encargos e despesas	11.756	5.220
Atualização de impostos a compensar	-	11
Outras rendas operacionais	540	572
<b>Total</b>	<b>12.296</b>	<b>5.803</b>

## 17 Outras Despesas Operacionais

### a) Despesa de pessoal

	30/06/2021	30/06/2020
Descrição	Valor	Valor
Remuneração	(20.754)	(15.805)
Encargos	(8.183)	(5.141)
Benefícios	(4.559)	(3.236)
Treinamentos	(430)	(331)
Provisão PPR	(5.799)	(960)
<b>Total</b>	<b>(39.725)</b>	<b>(25.473)</b>

### b) Despesas com Serviços de Terceiros

	30/06/2021	30/06/2020
Descrição	Valor	Valor

Despesas com comissões <sup>(1)</sup>	(111.862)	(80.305)
Serviços técnicos especializados <sup>(2)</sup>	(44.012)	(42.529)
<b>Total</b>	<b>(155.874)</b>	<b>(122.834)</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se substancialmente a comissões sobre financiamentos, acompanhamento de carteira e outros.

<sup>(2)</sup> Referem-se substancialmente a gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

#### c) Outras Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Serviços de terceiros <sup>(1)</sup>	(36.882)	(26.534)
Serviços técnicos especializados	(375)	(1.460)
Processamento de dados <sup>(2)</sup>	(39.023)	(21.539)
Serviços do sistema financeiro <sup>(3)</sup>	(16.552)	(12.682)
Taxas e notificações	(3)	(169)
Comunicações	(4.570)	(3.934)
Emolumentos judiciais e cartorários	(6.097)	(1.701)
Promoções e relações públicas	(1.073)	(4.071)
Despesas de aluguéis	(1.905)	(1.970)
Despesa com despachante	(814)	(1.068)
Despesa de transporte	(417)	(383)
Propaganda e publicidade	(91)	(367)
Multa e juros sobre impostos e contribuições	(28)	(1)
Despesa de seguros	(60)	(77)
Outras despesas administrativas	(4.716)	(5.442)
<b>Total</b>	<b>(112.606)</b>	<b>(81.398)</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se substancialmente a alienação eletrônica – CDC e despesas de avaliação de bens.

<sup>(2)</sup> Referem-se substancialmente a processamentos de cartões de crédito e desenvolvimento e manutenção de sistemas.

<sup>(3)</sup> Referem-se substancialmente a serviços bancários e consultas e pesquisas cadastrais.

#### d) Despesas tributárias

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Despesa com COFINS	(22.099)	(20.024)
Despesa com ISS	(4.008)	(2.517)
Despesa com PIS	(3.591)	(3.254)
Outras despesas tributárias	(37)	(46)
<b>Total</b>	<b>(29.735)</b>	<b>(25.841)</b>

#### e) Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Custo de aquisição de carteiras	(9.486)	(19.314)

Perdas em ações de perdas e danos	(14.895)	(8.538)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(6.448)	(4.922)
Perdas com fraudes	(945)	(1.106)
Outras despesas operacionais	(1.947)	(574)
<b>Total</b>	<b>(33.721)</b>	<b>(34.454)</b>

## 18 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

### Demonstrativo de cálculo de índice de Basileia:

Descrição	2021	2020
<b>Patrimônio de referência (a)</b>	<b>810.853</b>	<b>514.384</b>
<b>Patrimônio de referência nível I</b>	<b>721.077</b>	<b>428.633</b>
Capital Principal – CP	486.872	303.445
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	234.205	125.188
<b>Patrimônio de referência nível II</b>	<b>89.776</b>	<b>85.751</b>
Letra Financeira Subordinada	89.776	85.751
RWACpad – crédito	286.685	203.817
RWAOpad – operacional	121.708	103.701
RWAMpad - câmbio	25	47
<b>Patrimônio de referência exigido (b)</b>	<b>408.418</b>	<b>307.564</b>
<b>Adicional de Conservação de Capital Principal (c)</b>	<b>82.960</b>	<b>84.417</b>
<b>Margem antes do Rban (a - b - c)</b>	<b>319.476</b>	<b>122.403</b>
Rban - Juros carteira não negociável (d)	6.154	13.381
<b>Margem (a - b - c - d)</b>	<b>313.322</b>	<b>109.022</b>
<b>Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (e)</b>	<b>5.105.220</b>	<b>3.844.553</b>
<b>Índice de Basileia (a/e)</b>	<b>15,88%</b>	<b>13,38%</b>

- (i) A partir de 1º de janeiro de 2019, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 8% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.
- (ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basileia aplica-se às instituições integrantes do conglomerado prudencial.

## 19 Gerenciamento de riscos

### a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito.

O Conglomerado Prudencial Omni, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco

de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, o Omni conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

- a) **Gerenciamento de capital:** o Omni avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital do Omni é adequada à complexidade de suas operações.
- b) **Risco de mercado:** os instrumentos financeiros do Conglomerado Prudencial Omni são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição do Omni.
- c) **Risco de crédito:** o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.
- d) **Risco de Liquidez:** o Omni trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. O gerenciamento de risco de liquidez é conduzido de forma centralizada para o Conglomerado Prudencial Omni e consideram os impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por instituições integrantes do Conglomerado.
- e) **Risco Operacional:** a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado Prudencial Omni, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos do Omni estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos, que poderá ser consultado no site da empresa ([www.omni.com.br](http://www.omni.com.br)), ou via Dados Abertos (<https://dadosabertos.bcb.gov.br/>), no prazo estabelecido pela Circular nº 3.930/19.

## 20 Outras informações

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

Visando assegurar a continuidade dos negócios, preservar a vida e saúde dos clientes, colaboradores, familiares e dos parceiros comerciais, a Instituição tomou as seguintes medidas:

- Criação de um Comitê de Crise composto pelos membros da Instituição;
- Seguiu as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combater a pandemia;
- Viabilizou o home office para todos os seus colaboradores próprios e terceirizados sem definição de retorno as instalações da Instituição e provendo todo equipamento tecnológico e ergonômico, visando assim manter a alta performance desses, bem como o distanciamento social;
- Aderiu a MP nº 927 e a MP nº 936, que previam principalmente:

- Flexibilização das férias dos colaboradores;
- Tele trabalho;

Seguindo orientações do Banco Central, a Instituição implementou política temporária com iniciativas concretas para apoiar seus clientes que sofrem de problemas de liquidez em decorrência da Pandemia. Salienta-se que a Instituição mantém suas atividades sem prejuízo ao desenvolvimento de suas operações, estabelecendo estratégias para manutenção e oferta contínua de soluções financeiras ao mercado.

Por fim, foram adotadas medidas para contenção da COVID-19, bem como acompanhamento e avaliação dos impactos identificados desta pandemia em seus resultados, estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

## **21 Eventos subsequentes**

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 alterou a lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15 % para 20% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

Não há outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras do Omni S/A. Crédito, Financiamento e Investimento para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

\* \* \*

### **Diretoria**

William Gouveia Lima  
Contador CRC 1SP273890/O-0

**Omni S.A - Arrendamento Mercantil**  
Demonstrações Financeiras em  
30 de junho de 2021

## **Conteúdo**

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre a demonstração financeira	4
Balanço patrimonial	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

## **Relatório da Administração**

Srs. Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S<sup>as</sup> as demonstrações financeiras do Omni S.A Arrendamento Mercantil (“Instituição”), relativa ao semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhado do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

### **Política de distribuição de dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, ou, o aprovado em Assembléia Geral.

### **Patrimônio Líquido e Resultado**

O patrimônio líquido da Instituição em 30 de junho de 2021 é R\$ 8,9 milhões ( R\$ 13,9 milhões em 2020).

O prejuízo do semestre findo em 30 de junho de 2021 é R\$ 4,9 milhões (R\$ 900 mil em 2019).

**São Paulo, 25 de agosto de 2021.**

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da  
Omni S.A. – Arrendamento Mercantil  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Omni S.A. – Arrendamento Mercantil (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omni S.A. – Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

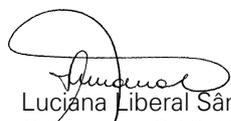
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

  
Luciana Liberal Sâmia  
Contadora CRC 1SP198502/O-8

**Omni S.A. - Arrendamento Mercantil**  
**Balancos patrimoniais**

**Balanco patrimonial em 30 de junho de 2021 e exercicio findo em 31 de dezembro de 2020**

*(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>2.164</b>	<b>7.279</b>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<b>3.924</b>	<b>14.174</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	Depósitos interfinanceiros	<b>13</b>	3.924	14.174
Títulos e valores mobiliários		2	3	<b>Obrigações fiscais diferidas</b>		<b>4.477</b>	<b>4.449</b>
<b>Operação de arrendamento mercantil</b>		<b>15.573</b>	<b>19.207</b>	<b>Outros passivos</b>	<b>9</b>	<b>572</b>	<b>697</b>
Operação de arrendamento - setor privado	<b>6</b>	18.003	23.170	Fiscais e previdenciárias		475	617
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<b>7</b>	(2.430)	(3.963)	Diversas		97	80
<b>Créditos tributários</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>6.471</b>	<b>Resultado de Exercícios Futuros</b>		<b>39</b>	<b>21</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>8</b>	<b>213</b>	<b>234</b>	Resultado de Exercícios Futuros		39	21
				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>8.940</b>	<b>13.853</b>
				Capital	<b>10</b>	10.000	10.000
				De domiciliados no País		10.000	10.000
				Prejuízos acumulados		(1.060)	3.853
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>17.952</u></b>	<b><u>33.194</u></b>	<b>Total do Passivo</b>		<b><u>17.952</u></b>	<b><u>33.194</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Omni S.A. - Arrendamento Mercantil

## Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto o valor do prejuízo por ação)

	Nota Explicativa	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>2.534</b>	<b>3.240</b>
Resultado de operações de arrendamento mercantil	14a	2.534	3.240
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(151)</b>	<b>(410)</b>
Operações de Captação no Mercado		(151)	(410)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>2.383</b>	<b>2.830</b>
<b>Reversão/(Provisão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>7a</b>	<b>553</b>	<b>(2.611)</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>29</b>	<b>32</b>
Receita de prestação de serviços		28	24
Outras receitas operacionais		1	8
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		<b>(1.088)</b>	<b>(1.768)</b>
Despesa de pessoal	14b	(189)	(455)
Outras despesas administrativas	14d	(744)	(1.108)
Despesas tributárias	14c	(155)	(201)
Outras despesas operacionais		-	(4)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários</b>		<b>1.877</b>	<b>(1.517)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>11</b>	<b>(6.790)</b>	<b>613</b>
Provisão para imposto de renda		(176)	-
Provisão para contribuição social		(115)	-
Ativo fiscal diferido		(6.499)	613
<b>Prejuízo do semestre</b>		<b>(4.913)</b>	<b>(904)</b>
<b>Prejuízo por ação</b>		<b>(0,49130)</b>	<b>(0,09040)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Omni S.A. - Arrendamento Mercantil

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(em milhares de reais - exceto prejuízo por ação)

---

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<b>Prejuízo dos semestres</b>	(4.913)	(904)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-
<b>Resultado abrangente do semestre</b>	<u><b>(4.913)</b></u>	<u><b>(904)</b></u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Omni S.A. - Arrendamento Mercantil

## Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Reserva de Lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Legal	Especiais		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>10.000</b>	<b>235</b>	<b>4.300</b>	<b>-</b>	<b>14.535</b>
Prejuízo do semestre	-	-	-	(904)	(904)
<b>Destinações:</b>					-
Reserva de Lucros	-	-	(904)	904	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2020</b>	<b>10.000</b>	<b>235</b>	<b>3.396</b>	<b>-</b>	<b>13.631</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>10.000</b>	<b>246</b>	<b>3.607</b>	<b>-</b>	<b>13.853</b>
Prejuízo do semestre	-	-	-	(4.913)	(4.913)
<b>Destinações:</b>					-
Reserva legal	-	(246)	246	-	-
Reserva de Lucros	-	-	(3.853)	3.853	-
<b>Saldos em 30 de Junho de 2021</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.060)</b>	<b>8.940</b>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeiras.

Omni S.A. - Arrendamento Mercantil

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo dos semestres</b>	<u>(4.913)</u>	<u>(904)</u>
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>8.735</u>	<u>3.754</u>
Depreciações e amortizações	2.498	1.756
Ativo fiscal diferido	6.499	(613)
Imposto de renda e contribuição social correntes	291	-
Reversão/(Provisão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(553)	2.611
<b>Prejuízo ajustado</b>	<u>3.822</u>	<u>2.850</u>
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais</b>	<u>1.683</u>	<u>932</u>
Títulos e valores mobiliários	1	3
Operações de Arrendamento Mercantil	1.689	1.397
Outros ativos	(7)	(468)
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>	<u>(10.620)</u>	<u>(286)</u>
Depósitos	(10.250)	(617)
Outros passivos	(388)	368
Resultados de exercícios futuros	18	(37)
<b>(=) Caixa líquido proveniente / (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<u>(8.937)</u>	<u>646</u>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(5.115)</u>	<u>3.496</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do semestre	7.279	2.262
No fim do semestre	<u>2.164</u>	<u>5.758</u>
<b>Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(5.115)</u>	<u>3.496</u>

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Omni S.A - Arrendamento Mercantil (“Leasing” ou “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 02 de março de 2012 e autorizada pelo BACEN em 05 de setembro de 2012 através do Ofício 08066/2012.

A Instituição tem por objeto social a prática exclusiva de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

#### **Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:**

As alterações advindas das Resoluções CMN n. 4.818/2000 e BCB n.º 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, a Instituição atende aos requerimentos das respectivas Resoluções, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a abertura de segregação; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a apresentação de resultados recorrentes e não recorrentes.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2021.

### **3 Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos

vencimentos sejam iguais ou inferiores há 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**c. Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

**d. Ativos circulante e realizável a longo prazo**

***Títulos e valores mobiliários***

Conforme regras estabelecidas pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, a carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- iii. Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados ao resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

**e. Operações de arrendamento mercantil**

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) Não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização prefixada:** são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:
  - (i) Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
  - (ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG

recebido antecipadamente é registrado em “Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual” até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.

- (iii) **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento é demonstrado ao custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40 % da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%.

O valor de custo do imobilizado de arrendamento é incorporado ao cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil e sua respectiva depreciação é contabilizada no resultado de operações de arrendamento mercantil.

- (iv) **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das para operações de arrendamento mercantil foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo).

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

- f. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica “Créditos Tributários”.

- g. **Imposto de renda e contribuição social diferido:**

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020 do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

#### **h. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. Não foram identificadas perdas por impairment em 30 de junho de 2021 e 2020.

#### **i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:**

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - são reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.

**Obrigações legais** - são reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

## **4 Caixa e equivalentes a caixa**

O caixa e equivalentes a caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
	<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
<b>Saldos no Início do Período</b>	<b>7.279</b>	<b>2.262</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>2.164</b>	<b>7.279</b>
Em moeda Nacional	2.164	7.279
<b>Total de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>2.164</b>	<b>7.279</b>

Referem-se a operações com prazo original ou inferior a 90 dias, liquidez ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5 Instrumentos financeiros

### *Títulos para negociação:*

<b>Descrição</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
		<b>Valor</b>	<b>Valor</b>
<b>Carteira Própria</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Cotas de Fundos de Investimentos	2	2	3
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

Refere-se a aplicações em quotas de Fundo de Investimentos junto ao Banco Bradesco S.A, registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão com remuneração variável, vencimentos a curto prazo e opção de resgate antecipado.

## 6 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato onde, registra-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

**a) Composição da carteira de arrendamento**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Arrendamento a receber - setor privado	7.642	9.630
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(7.491)	(9.452)
Veículos e afins	119	121
Máquinas e equipamentos	47.154	53.384
<b>Subtotal</b>	<b>47.424</b>	<b>53.683</b>
Superveniência de depreciação	11.375	11.472
Depreciação acumulada	(8.949)	(8.612)
<b>Subtotal</b>	<b>2.426</b>	<b>2.860</b>
<b>Arrendamento financeiro</b>	<b>49.850</b>	<b>56.543</b>
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(31.847)	(33.373)
<b>Valor presente da carteira de arrendamento mercantil</b>	<b>18.003</b>	<b>23.170</b>

**b) Classificação por atividade**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Comércio	5.733	7.092
Serviços	5.702	6.927
Pessoas Físicas	2.393	3.356
Outros	919	1.194
Indústria	3.256	4.601
<b>Total</b>	<b>18.003</b>	<b>23.170</b>

**c) Diversificação por prazo Setor privado**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Vencidos a partir de 15 dias	1.410	1.948
A vencer até 3 meses	3.526	4.281
A vencer de 4 meses a 12 meses	7.523	9.000
A vencer de 1 a 5 anos	5.544	7.941
<b>Total</b>	<b>18.003</b>	<b>23.170</b>

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

**d) Composição por níveis de risco**

Nível de risco	2021		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	5.562	0,5%	28
B	4.561	1,0%	46
C	3.777	3,0%	113
D	1.403	10,0%	140
E	464	30,0%	139
F	248	50,0%	124
G	495	70,0%	347
H	1.493	100,0%	1.493
	<b>18.003</b>		<b>2.430</b>

Nível de risco	2020		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	7.409	0,5%	37
B	5.180	1,0%	52
C	4.334	3,0%	130
D	1.983	10,0%	198
E	577	30,0%	173
F	421	50,0%	211
G	345	70,0%	241
H	2.921	100,0%	2.921
	<b>23.170</b>		<b>3.963</b>

## 7 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de arrendamento mercantil, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99 em 30 de junho de 2021, estavam assim distribuídos.

### a) Movimentação da provisão

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>(3.963)</b>	<b>(2.083)</b>
Renegociação de Contratos	(156)	(62)
Constituição	(1.136)	(3.858)
Reversão	1.689	-
Baixados para prejuízo	1.136	2.040
<b>Saldo final</b>	<b><u>(2.430)</u></b>	<b><u>(3.963)</u></b>

## 8 Outros ativos

Descrição	<u>2021</u>			<u>2020</u>
	Circulante	Longo prazo	Total	Valor
Devedores diversos - país	88	-	88	82
Adiantamentos diversos	7	-	7	4
Impostos e contribuições a compensar	-	118	118	148
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>118</b>	<b>213</b>	<b>234</b>

## 9 Outros passivos

Descrição	<u>2021</u>			<u>2020</u>
	Circulante	Longo prazo	Total	Valor
Fiscais e previdenciários	475	-	475	617
Provisão para pagamentos a efetuar	-	-	-	56
Valores a pagar sociedades ligadas	15	-	15	3
Diversos	82	-	82	21
<b>Total</b>	<b>572</b>	<b>-</b>	<b>572</b>	<b>697</b>

## 10 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O Capital Social é de R\$ 10.000 e está representado por 9.982.932 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

### b. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2021 a Instituição apresentou prejuízo e portanto, nenhuma destinação foi realizada.

### c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar à assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas as disposições legais.

## 11 Imposto de renda e contribuição social

### Apuração imposto de renda e contribuição social

#### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
<b>Apuração</b>				
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>1.877</b>	<b>1.877</b>	<b>(1.517)</b>	<b>(1.517)</b>
<b>Adições/Exclusões</b>	<b>(785)</b>	<b>(785)</b>	<b>1.240</b>	<b>1.240</b>
Adição Temporária - Insuficiência Depreciação	111	111	-	-
Adição Temporária - Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	1.595	1.595
Adição Temporária - Outras Adições	1.136	1.136	1.016	1.016
Adição Temporária - Incentivos Fiscais	-	-	-	-
Exclusão Temporária - Superveniência Depreciação	-	-	(1.354)	(1.354)
Exclusão Temporária - Reversão Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.689)	(1.689)	-	-
Exclusão Temporária - Outras Exclusões	(343)	(343)	(17)	(17)
<b>Base tributável</b>	<b>1.092</b>	<b>1.092</b>	<b>(277)</b>	<b>(277)</b>
Compensação de Prejuízos Fiscais	(328)	(328)	-	-
<b>Lucro/Prejuízo real e base da CSLL</b>	<b>764</b>	<b>764</b>	<b>(277)</b>	<b>(277)</b>
Encargos a alíquota de 15% para IR e CS	(115)	(115)	-	-
Adicional de 10% IR	(64)	-	-	-
<b>Impostos correntes</b>	<b>(179)</b>	<b>(115)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Conciliação resultado</b>				
<b>Impostos correntes</b>	<b>(179)</b>	<b>(115)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dedução incentivos fiscais - PAT	3	-	-	-
Débito tributário diferido - Superveniência	(17)	(10)	(339)	(203)
Constituição de créditos tributários	(4.044)	(2.428)	722	433
<b>Resultado de impostos</b>	<b>(4.237)</b>	<b>(2.553)</b>	<b>383</b>	<b>230</b>

**b) Composição dos créditos tributários:**

Descrição	<u>dez/20</u> <u>Saldo</u> <u>final</u>	<u>Realizações</u>	<u>Constituições</u>	<u>jun/21</u> <u>Saldo</u> <u>final</u>
<b>Imposto de Renda</b>				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.366	(2.366)	-	-
Prejuízo fiscal	1.679	(1.679)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>4.045</b>	<b>(4.045)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>CSLL</b>				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.419	(1.419)	-	-
Base Negativa de CSLL	1.007	(1.007)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.426</b>	<b>(2.426)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>6.471</b>	<b>(6.471)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O artigo 4.º da Resolução 4.842 de 30 de julho de 2020 do CMN, determina que as Instituições reguladas pelo Banco Central devem efetuar o registro contábil de Ativos Fiscais diferidos quando haja expectativa de geração de lucros e receitas tributáveis futuros para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em período subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos.

Baseado em Estudo Técnico não foram constatadas (ver nota 15 - Outras Informações) obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam tal realização. Desta forma, foram baixados os ativos fiscais diferidos referente a diferenças temporárias no montante de R\$ 6 milhões.

## 12 Contingências

A Instituição não é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis, que possam ser classificadas pela administração como perda possível ou provável.

## 13 Transações com partes relacionadas

### a. Partes relacionadas

A Instituição realizou captações com a instituição Omni Banco S.A. no montante de R\$ 3.924 (R\$ 14.174 em 2020) o que gerou uma despesa no semestre de R\$ 151 (R\$ 410 em 2020).

Descrição	1º Semestre 2021						Total	2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		Total
Depósitos interfinanceiros	-	-	3.924	-	-	-	3.924	14.174
<b>Total</b>	-	-	<b>3.924</b>	-	-	-	<b>3.924</b>	<b>14.174</b>

A empresa Agility Gestão e Cobrança foi contratada para a prestação de serviços de gestão da carteira da Instituição, o custo no semestre foi R\$ 169 (R\$ 671 em 2020).

**b. Remuneração dos empregados e administradores**

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, não houve gastos com remuneração aos seus administradores (R\$ 96 em 2020).

## 14 Composição das principais contas de resultado

**a) Resultado de Operações de Arrendamento**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendas de arrendamento financeiro - recursos internos	2.919	3.436
Superveniência/insuficiência de arrendamento	(111)	1.354
Lucros na alienação de bens arrendados	1.769	1.544
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	343	16
Despesas de arrendamento mercantil	(2.386)	(3.110)
<b>Total</b>	<b><u>2.534</u></b>	<b><u>3.240</u></b>

**b) Despesas de pessoal**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remuneração	(108)	(299)
Encargos	(32)	(82)
Benefícios	(49)	(74)
<b>Total</b>	<b><u>(189)</u></b>	<b><u>(455)</u></b>

**c) Despesas tributárias**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesa com COFINS	(83)	(114)
Despesa com ISS	(59)	(69)
Despesa com PIS	(13)	(18)
<b>Total</b>	<b>(155)</b>	<b>(201)</b>

**d) Outras despesas administrativas**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas de aluguéis	(7)	(4)
Comunicações	(25)	(3)
Publicações	(39)	(38)
Serviços de sistema financeiro	(86)	(83)
Serviços de terceiros	(45)	(60)
Serviços técnicos especializados	(291)	(823)
Emolumentos judiciais e cartorários	(33)	(4)
Taxas e notificações	(64)	(18)
Outras despesas administrativas	(154)	(75)
<b>Total</b>	<b>(744)</b>	<b>(1.108)</b>

## 15 Outras informações

- a.** Em reunião de diretoria realizada em 14 de abril de 2021 foi deliberado que as operações relativas à empresa Omni Arrendamento Mercantil não serão objeto da estratégia de oferta (ativa) em 2021. Neste sentido não foram desenvolvidas táticas comerciais para maior alcance de mercado, restando somente o pleno atendimento as operações existentes (legado) e o atendimento dos proponentes/clientes que nos acionem com interesse em efetivar operações de leasing.
- b.** A Instituição não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2021;
- c.** A gestão de capital de acordo com a Basileia é efetuada no conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Omni, conforme permitido pelo Banco Central do Brasil.
- d.** O governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

Visando assegurar a continuidade dos negócios, preservar a vida e saúde dos clientes, colaboradores, familiares e dos parceiros comerciais, a Instituição tomou as seguintes medidas:

- Criação de um Comitê de Crise composto pelos membros da Instituição;
- Seguiu as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combate a pandemia;
- Viabilizou o home office para todos os seus colaboradores próprios e terceirizados sem definição de retorno as instalações da Instituição e provendo todo equipamento tecnológico e ergonômico, visando assim manter a alta performance desses, bem como o distanciamento social;
- Aderiu a MP nº 927 e a MP nº 936, que previam principalmente:
  - Flexibilização das férias dos colaboradores;
  - Tele trabalho;

Seguindo orientações do Banco Central, a Instituição implementou política temporária com iniciativas concretas para apoiar seus clientes que sofrem de problemas de liquidez em decorrência da Pandemia. Salienta-se que a Instituição mantém suas atividades sem prejuízo ao desenvolvimento de suas operações, estabelecendo estratégias para manutenção e oferta contínua de soluções financeiras ao mercado.

Por fim, foram adotadas medidas para contenção da COVID-19, bem como acompanhamento e avaliação dos impactos identificados desta pandemia em seus resultados, estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

## **16 Eventos subsequentes**

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 alterou a lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022. Não há outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras do Omni S.A. Arrendamento Mercantil para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

\* \* \*

### **A Diretoria**

William Gouveia Lima  
Contador CRC 1SP273890/O-0